



6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

Ata da reunião do Grupo de Trabalho “Pescas Tradicionais” Terça-feira, 5 de abril - Soto del Barco

Francisco Gonzalez Rodriguez (Diretor-Geral das Pescas Marítimas do Principado das Astúrias) introduziu a reunião, agradecendo ao CC-SUL por ter optado por Soto del Barco para a sua realização. Os pontos da ordem de trabalho são de atualidade para o setor, especialmente nas Astúrias. Desejou a todos um debate profícuo.

Nicolas Fernandez Munoz, presidente do grupo de trabalho, deu então início à reunião procedendo à apreciação e votação da ata anterior e da ordem de trabalhos, tendo ambas sido aprovadas por unanimidade dos presentes. Em seguida, introduziu o primeiro ponto da agenda: Sucessão Geracional. É uma realidade que o setor já não atrai os jovens, por conseguinte, é necessário transmitir melhor os valores da pesca, e é nisso que o CNPMM está a trabalhar.

1. Sucessão Geracional

Julie Maillet (CNPMM) iniciou a sua intervenção sublinhando o difícil contexto em que o setor se encontra (crise sanitária, Brexit, crise de matérias-primas, etc.), mas tal não deve impedir a reflexão sobre a falta de atratividade do setor. Na sua opinião, não podemos esperar que a crise acabe para nos prepararmos para o futuro. O CNPMM está, por conseguinte, a trabalhar em dois projetos, no âmbito do plano de recuperação governamental.

O primeiro destes projetos baseia-se na contestação de que a profissão de marinheiro é objeto de muitos preconceitos, não constituindo, por conseguinte, uma das opções dos jovens que vivem longe da costa. No entanto, estima-se que serão necessários entre 400 a 700 novos pescadores por ano durante os próximos cinco anos. Consequentemente, o fluxo habitual já não é suficiente. Com este primeiro projeto, o CNPMM visa os jovens e as suas famílias através dos seus professores, mas também as pessoas em processo de reconversão profissional (uma parte crescente do recrutamento na indústria da pesca).

Para o efeito, foram desenvolvidos, ou estão em vias de ser desenvolvidos, materiais (kit pedagógico, apresentação, retratos de reconversões bem-sucedidas, enfoque em percursos e no desenvolvimento profissional). O CNPMM trabalhará também para promover a aprendizagem e facilitar o seu acesso. Todos estes elementos estão disponíveis no site do CNPMM.

O segundo projeto, intitulado "Jetez-vous à l'eau" ("Lance-se à Água"), destaca as profissões de todo o setor (da produção à comercialização) que sofrem todas da mesma falta de atratividade. A ideia é mostrar aos jovens, aos pais e aos orientadores vocacionais profissões "atípicas". Para tal, serão desenvolvidas campanhas digitais (TikTok, Facebook, Instagram,



Kombini). Serão partilhados retratos de profissionais, bem como relatórios de influenciadores. Os primeiros resultados são muito positivos.

.....

Em resposta a Francisco Portela Rosa (VIANAPESCA), Julie Maillet referiu que a França garantia um salário mínimo e que este era calculado de acordo com o número de dias passados no mar. Serge Larzabal (CNPMEM) acrescentou que os salários mínimos eram, de facto, aplicáveis por acordo coletivo, mas o interesse da pesca era poder prever ganhar mais.

Em seguida, em resposta a Javier Lopez (OCEANA), Julie Maillet referiu que os dados sobre os preconceitos provinham de sondagens realizadas durante programas anteriores, que mencionavam em particular os horários desfasados, um trabalho árduo e o isolamento. Serge Larzabal (CNPMEM) acrescentou então que, tal como a agricultura, o sector tinha passado de "heróis alimentadores" a "poluidores destruidores", que é a imagem que é transmitida.

Jérôme Jourdain (UAPF) sublinhou a impossibilidade, tendo em conta os constrangimentos regulamentares, de aceitar menores a bordo, o que limita a descoberta da profissão através da experiência de trabalho. Além disso, a fidelização das pessoas atraídas coloca dificuldades, com muitas mudanças nos percursos profissionais no espaço de 5 anos, em particular para o comércio ou a instalação de EMR. As limitações regulamentares da pesca desencorajam-nos, bem como a fraca cobertura mediática do sector.

Para Francisco Gonzalez Rodriguez (Diretor das Pescas nas Astúrias), é, atualmente, difícil imaginar iniciar uma carreira nas pescas por paixão, dada a sua imagem nos meios de comunicação, pelo que é necessário destacar os aspetos positivos deste setor.

Juan Manuel Trujillo (ETF) acrescentou que é necessário melhorar a divulgação do conhecimento científico para mostrar o trabalho realizado. Os governos têm um papel a desempenhar neste diálogo social, tanto a nível nacional como europeu. A UE deve aprovar uma convenção para desenvolver um projeto de diretiva comunitária.

Raul Garcia (WWF) concordou com os comentários feitos, sendo, de facto, necessário um diálogo social. Muitos atores do setor são apaixonadas pela natureza, o que não é, pelo contrário, incompatível. Esta paixão pela natureza deve ser transmitida.

Para Jorge Saez Jimenez (Soldecocos), é necessário destacar os produtos pescados localmente e promover o conhecimento dos profissionais em cursos de formação. É uma profissão de serviço público.

Jose Beltran (OPP Burela) apreciou o comentário de Raul Garcia. Referiu que é pescador porque ama a natureza e que é preciso trabalhar este ponto. Concluiu dizendo que se os resultados desta promoção do CNPMEM forem bons, esta terá de ser ampliada.

2. Turbinas Eólicas offshore

Nicolas Fernandez Munoz (presidente do grupo de trabalho) introduziu o assunto, informando os membros da decisão das regiões espanholas em desenvolver o setor das EMR. Juan Ramon Ayuso Ortiz (IDAE) iniciou então a sua intervenção destacando a atual dependência energética da Espanha e da União Europeia face ao fornecimento de países terceiros. Uma vez que a Espanha não é autossuficiente, pôs em prática uma estratégia para compensar essa situação, baseada, em particular, nas energias renováveis. O objetivo é atingir 42% das energias renováveis até 2030, incluindo 1 a 3 GW no que se refere à energia eólica offshore. A Espanha dispõe de muito espaço e, à medida que as tecnologias forem melhorando, será capaz de desenvolver competitivamente parques eólicos offshore, respeitando o ambiente. A Espanha pretende ser uma referência em termos de investigação e desenvolvimento. O primeiro projeto será nas Ilhas Canárias até 2027. Estão previstas medidas de apoio ao setor das pescas, através de grupos de intercâmbio, seguindo o exemplo de outros países. As boas práticas terão de ser analisadas caso a caso, em função da localização e do equipamento utilizado. A estratégia desenvolvida pela administração espanhola abre possibilidades aos promotores, que correrão o risco de um determinado projeto não ter sucesso se os estudos científicos e socioeconómicos não forem favoráveis.

Ursula Krampe (DG MARE) usou da palavra para informar os membros da Comissão Europeia sobre a opinião deste organismo relativamente a este assunto: o Pacto Verde Europeu estabelece objetivos ambiciosos para uma maior proteção do ambiente marinho, mais energias renováveis offshore em todas as bacias marítimas da UE e uma alimentação mais sustentável do oceano. Estes objetivos são interdependentes e precisam de ser abordados de uma forma coerente. Esta necessidade de coerência é realçada nas Estratégias para as Energias Renováveis Offshore e Biodiversidade publicadas em 2020. Uma boa planificação espacial deve assegurar que as atividades que promovem o desenvolvimento da economia azul sejam estrategicamente concebidas e que o impacto no ambiente marinho seja conhecido e limitado.

A Comissão tenciona criar um Fórum Azul Europeu para permitir o diálogo entre as partes interessadas na economia azul, em todos os setores e procurar desenvolver sinergias entre atividades, tais como a pesca, a aquicultura, a navegação, o turismo e as energias renováveis marinhas. A Comissão deseja envolver os conselhos consultivos interessados.

Torcuato Teixeira (FREMSS) recordou a importância da pesca no fornecimento de proteínas animais saudáveis, apesar dos esforços feitos em prol do desenvolvimento sustentável. O abastecimento alimentar da Europa não deve ser colocado num risco ainda maior. Não é aceitável sacrificar a pesca a favor da energia eólica. Serge Larzabal (CNPMEM) acrescentou que estas tecnologias exigem um fornecimento de terras raras da China, Turquia ou Rússia, sendo a verdade escondida ao cidadão e que, segundo ele, se não forem feitos esforços a este nível, o planeta não irá melhorar.

Immaculada Martinez Alba (Soldecocos) sublinhou a importância do processo de consulta do setor, que é muitas vezes negligenciado, sendo necessário a realização de estudos socioeconómicos.

Manuel Fernandez Belmonte (Fed. Andaluza de cofradias) manifestou a sua preocupação relativamente ao impacto sobre os recursos haliêuticos, uma vez que os estudos não têm tal em conta (apenas é estudado o impacto sobre os mamíferos e aves). Esta incerteza também afeta a sucessão geracional.

Francisco Portela Rosa (VIANAPESCA) partilhou a experiência de Viana de Castelo, onde foi instalado um parque eólico offshore. Foram identificadas as seguintes consequências na pesca: não foram previstos corredores de navegação para acesso às zonas de pesca, a pesca foi proibida num raio de 30 km² do cabo elétrico subaquático, observou-se uma diminuição do número de peixes nesta zona e nenhuma das embarcações de pesca pôde participar nos projetos, por não satisfazerem as condições.

Segundo Raul Garcia (WWF), não podemos prescindir da energia eólica, tendo em conta os desafios climáticos, mas parece que apenas as grandes empresas saem beneficiadas. Interrogou então: porque é que os projetos de pequena dimensão não estão a ser considerados? Em áreas urbanas, baldios, telhados, etc.? Concluiu dizendo que emos de convencer as pessoas de que não vamos ficar todos a perder.

Juan Ramon Ayuso Ortiz (IDAE) deu as seguintes respostas e esclarecimentos aos membros:

- A administração espanhola tem em conta o aspeto alimentar da pesca, sendo necessário, para coexistir, quantificar e limitar os impactos e definir áreas de menor impacto.
- A preparação e definição dos perímetros são pontos-chave para o sucesso e aceitabilidade dos parques, o que não será descurado.
- Foram realizados numerosos estudos e trabalhos, o contexto atual é diferente dos primeiros projetos estrangeiros e a administração espanhola pretende ter plenamente em conta os resultados dessas experiências.
- Este setor é uma oportunidade para a Espanha e um pilar social muito importante.
- O exemplo de Portugal é interessante e ele gostaria de obter os resultados dos estudos.
- Muitas outras medidas fazem parte do plano de resiliência em muitos setores (não apenas turbinas eólicas offshore).

Segundo Juan Manuel Trujillo (ETF), devem ser estabelecidos objetivos claros para dar a início a um diálogo com o setor relativo aos recursos azuis.

Jérôme Jourdain (UAPF) assinalou que a Comissão não tinha dado seguimento ao pedido de outros Conselhos Consultivos para consultar o CIEM sobre este assunto. Jérôme Jourdain

acrescentou que a energia eólica offshore produzida pela Alemanha era quatro vezes mais cara. Além disso, há necessidade de uma avaliação abrangente dos peixes, larvas e habitats. Finalmente, Jérôme Jourdain interroga a Comissão sobre os seus diferentes objetivos de restauração da natureza, proteção rigorosa e sua aplicação a parques eólicos.

Maria José Rico (FECCOPAS) também se mostrou preocupada com a falta de coerência entre as diferentes políticas europeias e com a falta de estudos de impacto sobre as pescas. Francisco Gonzalez Rodriguez (Diretor das Pescas das Astúrias) confirmou a necessidade de uma avaliação do impacto nas pescas.

Ursula Krampe (DG MARE), em resposta aos membros, acrescentou que todos os objetivos e planos estão integrados na estratégia de biodiversidade, e não o contrário. O problema na Alemanha devido ao transporte está a ser resolvido. O diálogo é muito importante, a Comissão incentiva as partes interessadas a participar nele; contudo o financiamento dos estudos é da responsabilidade dos Estados-Membros.

Na sequência da reunião, Ursula Krampe partilhou a seguinte ligação com o secretariado do CC-SUL, afim de ser comunicada a todos os membros:

<https://maritime-spatial-planning.ec.europa.eu/sector-information/offshore-wind-and-fisheries>

3. Inteligência Artificial

José Fernandez (AZTI) iniciou a sua intervenção indicando que o seu trabalho foi realizado no âmbito de um pedido do Parlamento Europeu para estudar a lei sobre inteligência artificial (IA), o seu impacto no setor das pescas, o seu potencial para melhorar a seletividade e a atratividade da profissão. O objetivo desta nova lei é harmonizar as regras, criar um quadro legislativo, tendo especialmente em conta o direito ético. A definição de IA pode ser limitada, segundo ele, a uma aprendizagem das máquinas para que estas possam funcionar depois sozinhas. Este conceito não deve ser confundido com a digitalização (que pode ser feita sem IA). O AZTI identificou, assim, uma série de recomendações neste estudo, incluindo a promoção da formação de peritos multidisciplinares, a promoção da partilha de dados de uma forma segura para manter a confiança do setor, o desenvolvimento de normas de boas práticas e a promoção do desenvolvimento da IA para pescas mais seletivas e uma melhor gestão das unidades populacionais (apresentação completa disponível no site do CC-SUL)

José Fernandez continuou a sua intervenção apresentando exemplos da aplicação da IA na pesca, nomeadamente em atuneiros. Estes exemplos revelam que a qualidade dos resultados depende da qualidade dos dados fornecidos ao sistema. Os resultados foram positivos, particularmente em termos de economia de combustível, com a IA a reduzir o tempo de viagem neste exemplo. Outros estudos revelam que a IA poderá ajudar a limitar as capturas acessórias e as devoluções, para fazer previsões. No entanto, estes estudos e estas técnicas são muito dispendiosos e são necessários investimentos para desenvolver esta investigação.

Em resposta às perguntas dos membros, José Fernandez referiu que:

- A ideia era adaptar esta tecnologia à pesca e não o contrário, o sistema tem de se adaptar, mas a forma como cada frota funciona terá um impacto sobre o campo das possibilidades.
- Para que a IA identifique diferentes espécies, é necessário que lhe sejam fornecidos os dados corretos, pelo que os peritos devem ser capazes de os identificar também a montante.
- O AZTI não está atualmente a estudar a pesca recreativa, mas constitui uma possibilidade, por conseguinte, os membros são convidados a contactá-lo sobre este assunto.
- Também é possível dispor desta tecnologia nas lotas, dependendo da procura.

4. Reciclagem das Artes de Pesca

O objetivo do CEPESCA através do projeto REDUSE é definir um sistema de gestão para melhorar a recolha e o processamento das artes de pesca, com base numa cartografia dos atores envolvidos no processo e na análise dos seus componentes plásticos, introduzindo critérios de economia circular. Para tal, Nadia Moalla (CEPESCA) indicou que o projeto começou com um diagnóstico para identificar os diferentes intervenientes no processo de produção, os materiais utilizados, a duração da utilização (2,5 anos em média), os métodos de gestão de resíduos em vigor, etc. O projecto REDUSE II irá propor sistemas de gestão-pilotos adaptados aos diferentes portos. Estes projetos-piloto permitirão obter uns primeiros resultados das boas práticas em finais de 2022.

Ursula Krampe (DG MARE) recordou alguns pontos do contexto europeu:

- A implementação da Diretiva sobre os Plásticos de Uso Único (UE) 2019/904 está em curso;
- No que respeita às artes de pesca, a diretiva prevê as seguintes medidas:
 - Os Estados-Membros devem estabelecer uma responsabilidade alargada dos produtores pelas artes de pesca e os componentes das artes de pesca que contenham plásticos, a fim de assegurar a recolha separada dos resíduos das artes de pesca e financiar uma gestão ecológica dos resíduos das artes de pesca, em especial a sua reciclagem - até final de 2024.
 - Os Estados-Membros devem assegurar que os produtores de artes de pesca que contenham plásticos cubram os custos da recolha separada dos resíduos de artes de pesca, bem como os custos do seu transporte e tratamento posterior.
 - Começaram os trabalhos do Comité Técnico da Organização Europeia de Normalização a fim de desenvolver normas harmonizadas para a conceção circular das artes de pesca.
 - Os Estados-Membros devem estabelecer uma taxa mínima anual de recolha nacional dos resíduos de artes de pesca de plástico para reciclagem (até ao final de 2024).
 - Por fim, os Estados-Membros devem comunicar anualmente à Comissão dados sobre as artes de pesca que contêm plástico colocado no mercado e sobre os resíduos de artes de pesca recolhidos no Estado-Membro.
- A implementação da Diretiva sobre as instalações de receção portuárias (UE) 2019/883 complementa a Diretiva (UE) 2019/904, acrescentando as artes de pesca e os resíduos da pesca passiva à categoria de "resíduos dos navios". A diretiva e as novas medidas destinam-se a promover que todos os resíduos sejam levados para portos onde serão devidamente tratados.



6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

CONCLUSÃO:

Foram apresentados aos membros quatro assuntos de relevo para o futuro da gestão das pescas (Sucessão Geracional, Inteligência Artificial, Energia Eólica Offshore e Reciclagem de Artes de Pesca) a fim de alargar o debate, sendo estes convidados a manifestar-se por escrito sobre estes assuntos, a fim de, eventualmente, emitirem os seus pareceres.

